



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 073/2023

SETOR DEMANDANTE: Coordenadoria de Fiscalização de Trânsito - CFT	CONTATO (telefone e e-mail): unifiscstransito@detran.mt.gov.br
--	---

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (Art. 42, I, D1525/22)

DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual - EPI e acessórios, cujos objetos atendam as especificações dos modelos e características técnicas da marca de referência, garantindo o uso seguro e adequado do material, face a versatilidade e modalidades do serviço policial militar e de fiscalização de trânsito, proporcionando assim, a preservação da integridade física dos agentes de segurança pública e acesso facilitado aos itens de apoio operacional.

DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

1.2. Trata-se de contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e acessórios comuns às instituições de polícia militar.

DOS QUANTITATIVOS

1.3. Os quantitativos encontram-se demonstrados no tópico **9**;

DO PRAZO DO CONTRATO

- 1.4. A vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato; Concomitantemente ao prazo de execução da contratação.
- 1.5. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, enquanto houver necessidade pública, por consenso entre as partes e mediante Termo Aditivo;
- 1.6. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo;
- 1.7. Contratação para execução imediata e integral dos objetos adquiridos dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independente de seu valor;
- 1.8. Considera-se entrega ou execução imediata aquela com prazo de conclusão de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da respectiva ordem de serviço ou fornecimento;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (Art. 42, II, D1525/22)

DA FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando os incidentes envolvendo os armamentos empregados por policiais, circunstâncias essas que poderiam ser atenuadas com a utilização de equipamentos que atendam as necessidades de segurança individual e versatilidade da atividade policial, principalmente no tocante ao uso de arma de fogo. Ademais, a rotina operacional dos policiais exige a utilização de equipamentos de proteção



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28, ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN DIC202334407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

individual que possibilitem a execução da fiscalização e policiamento de trânsito com a logística necessária e regular, que atenda as necessidades do serviço.

2.2. Vista a exigência de utilização de diversos equipamentos durante a atividade policial, o integrante do BPMTRAN necessita de cinto de guarnição e capa de colete com acessórios que possibilitem o acesso rápido, seguro e simplificado de utensílios de emprego diário, material bélico e de comunicação operacional. Além disso, é necessário dispor aos policiais, luvas e calçados para a atividade motociclística a fim de garantir a integridade física devido a risco inerente a modalidade de policiamento motociclístico, necessitando ainda, garantir a eles a disponibilidade de equipamento contra intempéries climáticas.

2.3. Considerando o quantitativo aproximado de 120 (cento e vinte) policiais militares do BPMTRAN, pretende-se adquirir 01 (um) item de cada equipamento de proteção individual.

DO PROCEDIMENTO

2.4. O pregão eletrônico é uma versão moderna do pregão presencial. Ele ocorre de forma digital, sem a necessidade de comparecimento presencial em um local específico, potencializando os ganhos nos processos de compras/contratações, desestimulando conluíus, dinamizando a disputa, gerando economia de tempo e de recursos públicos para Administração e também para o Licitante. Participar de pregão eletrônico permite que você feche negócios sem sair do seu ambiente de trabalho. Ou, melhor ainda: você pode estar em casa, em uma viagem, no hotel ou onde quiser. Tudo o que você precisa é de um dispositivo com conexão com a internet e de acesso a Plataforma que será realizado o Certame;

2.5. Ademais, nos termos do art. 84 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, no âmbito do Estado de Mato Grosso os pregões serão realizados obrigatoriamente na forma eletrônica, só se admitindo a realização de pregão presencial quando comprovada a indisponibilidade do sistema eletrônico ou quando existir relevante e excepcional interesse público devidamente justificado;

2.6. Desta feita, a modalidade adotada é o Pregão Eletrônico com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE e o modo de DISPUTA ABERTA;

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA ANÁLISE DE RISCO

2.7. A **Coordenadoria de Conformidade Legal** elaborou o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e a Análise de Riscos, devidamente juntados ao processo;

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.8. Devido a inovação da Lei de Licitações que introduziu elementos novos para as compras públicas, o BPMTRAN deixou de repassar demandas futuras ao DETRAN. Não havendo de plano de contratação anual por parte do BPMTRAN, mas justificada a utilização do orçamento do DETRAN em razão da existência do Termo de Cooperação Técnica nº 371/2021, a pretendida contratação se alinha ao planejamento do DETRAN por buscar adquirir equipamentos de proteção individual aos policiais militares que executam e apoiam a fiscalização de trânsito no Estado de Mato Grosso;

DA VERIFICAÇÃO DE ATAS NO SITE DA SEPLAG

2.9. Em consulta ao *site* da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, não foi encontrada ata vigente com os objetos demandados;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 42, III, D1525/22)

3.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual - EPI e acessórios, fins de dispor aos policiais do Batalhão de Polícia Militar Trânsito Urbano e Rodoviário e servidores do DETRAN, para o exercício das suas funções dentro dos padrões de segurança, garantindo o uso seguro e adequado do material, face a versatilidade e modalidades do serviço policial militar e da fiscalização de trânsito;



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC2023/4407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 3.2. Ao que se refere à sustentabilidade, os equipamentos de proteção individual e acessórios são constituídos principalmente por poliamida, polímero, poliéster e TPU, sendo os respectivos compostos comuns na cadeia industrial, contudo não foi evidenciado soluções inovadoras no mercado quanto a fabricação, obtenção de matéria-prima e insumo;
- 3.3. Ao que se refere à garantia dos materiais contra qualquer defeito de fabricação será de acordo com a proposta do fornecedor, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias para bens duráveis e 30 (trinta) dias para bens não duráveis, contados da data do recebimento definitivo de cada entrega;
- 3.4. A solução para a necessidade apresentada consiste na realização de certame licitatório visando a contratação de empresa para o fornecimento dos equipamentos e acessórios necessários;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 42, IV, D1525/22)

- 4.1. Os objetos referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor de acordo com que determina este Termo de Referência e a sua Minuta do Edital;
- 4.2. A CONTRATADA deverá observar os princípios básicos de sustentabilidade social, econômico e ambiental:

4.3.1. Sustentabilidade social – empenhar-se em prol do que é o melhor para o bem em comum, abrangendo-se, além dos seus funcionários, o respeito também, por seu público-alvo, fornecedores, e a sociedade como um todo;

4.3.2. Sustentabilidade econômica – a empresa deverá ser economicamente sustentável, ser capaz de consumir, produzir, distribuir e oferecer seus produtos ou serviços de forma que estabeleça uma relação de competitividade justa com os demais concorrentes do mercado, ser probo em apresentar as suas propostas e na entrega dos materiais fornecidos;

4.3.3. Sustentabilidade ambiental – valorizar os recursos naturais, o desenvolvimento sustentável ambientalmente correto no que se refere todas as condutas que possuam algum impacto, direto ou indireto, no meio ambiente, seja a curto, médio ou longo prazo;

- 4.3. Tratando-se de Equipamento de Proteção Individual do lote 05, item 01 (Capa de Chuva), vista a necessidade de garantir a qualidade necessária da contratação, exige-se que o equipamento tenha a devida Certificação de Aprovação nº 27.728 em conformidade com NR 6 da Portaria Ministério do Trabalho e Previdência nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização e utilização EPI;

4.3.1. Será exigido um protótipo de cada tamanho, para aprovação e prova em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato, buscando-se a garantia de qualidade das especificações, antes do início da produção em escala do material;

4.3.2. Após a aprovação pelo Fiscal de Contrato, o mesmo será formalizado por e-mail, e em seguida, será expedida a Ordem de Fornecimento, a partir da qual iniciará o prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do produto aprovado;

4.3.3. Ao que se refere a serigrafia, as medidas serão as seguintes:

4.3.4. Braço esquerdo: 9cm x 9cm, braço direito: 7cm x 5cm, costas 28cm x 12,1cm;

4.3.5. Segue-se imagens ilustrativas de como deverão ser posicionados as logos dos itens;





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

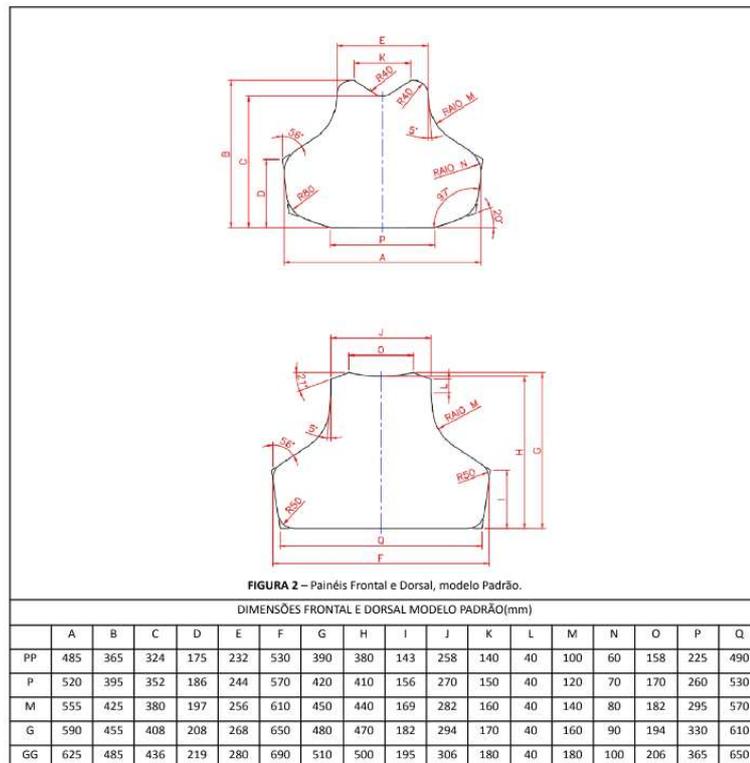


4.4. Referente ao lote 01, item 01 (Capa de Colete), a licitante vencedora será responsável por fornecer o referido objeto harmonizado com a solução, quanto a compatibilidade do modelo de painel balístico existentes na Instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, fins de proporcionar o acondicionamento específico dos painéis frontal e dorsal;

4.4.1. Será exigido um protótipo de cada tamanho, para aprovação e prova em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato, buscando-se a garantia de qualidade das especificações, antes do início da produção em escala do material;

4.4.2. Após a aprovação pelo Fiscal de Contrato, o mesmo será formalizado por e-mail, e em seguida, será expedida a Ordem de Fornecimento, a partir da qual iniciará o prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do produto aprovado;

4.4.3. segue o formato e dimensões dos painéis balísticos conforme os gabaritos mostrados nas figuras e tabelas abaixo:





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas: Tratar-se de fornecimento de pronta entrega;

4.6. Os itens deste Termo de Referência que necessitem de formalização de demanda relacionados ao tamanho, numeração ou outras especificações, serão informados via e-mail à licitante vencedora logo após a assinatura do contrato, sendo assim expedida a Ordem de Fornecimento, a partir da qual iniciará o prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do produto;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (Art. 42, V, D1525/22)

5.1. As proponentes, se necessário, deverão apresentar catálogo para todos os itens que compõem essa contratação, para fins de prévia conferência;

5.2. A entrega dos objetos deverá ser realizada em **entrega única**, indicado no tópico **11**, com o prazo de até 30 dias corridos a partir da assinatura da ordem de fornecimento/serviço;

5.3. Deverá ser constituído relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

5.3.1. O relatório deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas em até 30 (trinta) dias após a extinção do contrato;

5.4. A extinção desta contratação poderá se dar nos termos do art. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.4.1. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório;

5.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

5.6. O termo de rescisão deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (Art. 42, VI, D1525/22)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. As atividades de fiscalização da execução das contratações compreendem um conjunto de ações que objetivam:

6.2.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela Administração para os objetos contratados;

6.2.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas se for o caso;

6.2.3. Prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e

6.2.4. Encaminhar ao gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto do contrato

6.3. Entre as atribuições, compete ao fiscal de contrato e seu substituto:

- 6.3.1. Acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;
- 6.3.2. Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 6.3.3. Solicitar ao Contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;
- 6.3.4. Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;
- 6.3.5. Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos objetos referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
- 6.3.6. Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização;

6.4. A aferição do cumprimento da entrega dos objetos contratados deverá ser feita por meio de nota técnica elaborada pelo fiscal do contrato, que ateste a execução dos serviços ou entrega dos bens no prazo previsto e em conformidade com a qualidade e as especificações pactuadas;

6.5. Caso fique demonstrada irregularidade nos documentos de habilitação, na execução ou entrega dos bens e serviços contratados, o fiscal do contrato deverá notificar o contratado para regularização;

6.5.1. A manutenção da irregularidade, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, ensejará abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual - PAIC, que poderá resultar em rescisão contratual;

6.6. Nos contratos em que houver a exigência de garantia contratual, somente depois que esta for prestada o gestor poderá emitir a ordem de fornecimento ou a ordem de serviço, salvo justificativa expressa juntada ao processo do respectivo contrato;

6.7. A fiscalização/gestão será exercida por servidores designados por Portaria pelo CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como do Decreto Estadual nº 1.525/2022;

6.8. A atuação do fiscal deverá contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais;

6.9. Demais obrigações vide no que couber a Portaria nº 437/2018/GP/DETRAN/MT ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 42, VII, D1525/22)

7.1. O objeto será medido de **forma única**, conforme ordens de fornecimento/serviço emitidas pelo fiscal da contratação;

7.2. O pagamento será realizado a partir do atesto pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA e estabelecido no tópico 13;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO (Art. 42, VIII, D1525/22)

8.1. O interessado, que desejar participar de licitações, deverá efetuar o cadastro no Sistema de Aquisições Governamentais - SIAG;





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

8.1.1. Efetuado o cadastro no SIAG e atendidos os requisitos, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão emitirá o Certificado de Registro Cadastral - CERCA;

8.1.2. O Certificado de Registro Cadastral, com situação regular, substituirá a apresentação da documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômica, nos certames licitatórios;

8.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021):

8.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

8.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

8.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

8.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

8.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.3. Também não será admitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões, e dada as características do mercado, as empresas interessadas podem, de forma isolada, atender as condições e os requisitos de habilitação previstos neste Edital e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio. Ademais, a formação de consórcio poderá acarretar risco de dominação do mercado através de pactos o que prejudica a livre competição entre os interessados. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços/aquisições comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital e nestes casos;

8.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, autenticação e criptografia em todas as suas fases;

8.5. Será admitida a participação **apenas** de pessoas jurídicas que se enquadrarem como MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) nos lotes 02, 03, 04 e 05, que façam jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Estadual nº 10.442/2016 e Lei Complementar Estadual nº 605/2018, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar



DETRAN/DIC202334407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Federal nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar Federal nº 147/2014 e que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação e atendam às exigências do ato convocatório e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos;

8.6. Será admitida **ampla** participação de pessoas jurídicas no lote 01, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam às exigências do Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos Licitantes pela realização de tais atos;

8.6.1. Justifica-se a não aplicação da cota reservada no lote 01, considerando que o procedimento não será vantajoso para a administração pública e poderá representar prejuízo ao conjunto ou complexo de objetos, considerando que cada empresa dispõe de matriz de produção e fornecimento diferentes, por consequência, prejudicando a compatibilidade dos objetos e perda da identificação institucional, consequente a falta de padronização das características dos objetos, conforme determina o art. 49, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

8.7. Pregão Eletrônico tem como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE e o modo de DISPUTA ABERTO;

8.7.1. Na licitação por lote, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobre preço for irrelevante e o lote em seu preço global for vantajoso para a Administração (Art. 82, Único, D1.525/2022);

8.7.2. Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos (Art. 90, §3º, D1.525/2022);

8.7.3. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado (Art. 81, D1.525/2022);

8.8. Para fins de habilitação **jurídica** o proponente deverá apresentar (Art. 132, D1.525/2022)

8.8.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;

8.8.2. Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

8.8.3. Procuração válida, se for o caso;

8.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

8.8.5. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.9. Para fins de **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista** o proponente deverá apresentar (Art. 133, D1.525/2022):

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

8.9.2. Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.9.3. Certidão de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso e perante o Estado de





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.9.4. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.9.5. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dispensada para pessoas físicas;

8.9.6. Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

8.9.7. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

8.10. A qualificação econômico-financeira será demonstrada mediante a apresentação (Art. 134, D1.525/2022):

8.10.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

8.10.2. Se a certidão não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação;

8.10.3. Caso a certidão seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a qualificação poderá ser comprovada pela apresentação de certidão judicial que indique que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

8.11. Para fins de comprovação de qualificação técnica (Art. 135, D1.525/2022):

8.11.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser pertinente(s) e compatível(is) com o objeto desta contratação. Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em Cartório de Notas;

8.11.2. O Proponente, caso o Agente de Contratação entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços/fornecimento, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência;

8.12. Como condição para a habilitação da licitante, deverá ser verificada a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a pesquisa realizada no (Art. 137, D1.525/2022):

8.12.1. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União - CGU;

8.12.2. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE;

8.12.3. Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

8.12.4. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE/MT;

8.13. O Licitante deverá apresentar também (Art. 136, D1.525/2022):

8.13.1. Declaração para todos os efeitos legais, que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

8.13.2. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.13.3. Declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 8.13.4. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Estadual nas funções de gerência ou administração, conforme o art. 144, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do órgão ou entidade CONTRATANTE em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.13.5. Declaração que não há sanções vigentes que legalmente o proibam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE;
- 8.13.6. Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

8.14. O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada (Art. 139, D1.525/2022);

8.14.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (Art. 42, IX, D1525/22)

9.1. Descrição técnica dos objetos oriundos desta demanda, bem como os quantitativos e valores estimados;

LOTE/ITEM	CÓDIGO SIAG/TCE	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	V. UNITÁRIO	SUBTOTAL
01/01	1110476 / 00038337	240	CAPA DE COLETE MODULAR, COR PRETA, FABRICADA EM CORDURA 1000D, ZÍPER YKK, FORRAÇÃO 3D RESPIRÁVEL E FITAS MODULARES DE ALTA RESISTÊNCIA. SISTEMA MOLLE NAS ALÇAS E CINTA ABDOMINAL. DESIGN QUE PERMITA A INSERÇÃO DE PAINÉIS BALÍSTICOS PADRÃO NIJ-III A DE TODAS AS MARCAS E PADRÃO SENASP (FRENTE E COSTA), NORMA NIJ 0101.06. COM CABO DE SOLTURA RÁPIDA EM CASO DE EMERGÊNCIA. BOLSO FRONTAL PARA PEQUENOS OBJETOS. POSSUI VELCROS PARA INSERÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO NA PARTE FRONTAL E DORSAL. ALÇA DE RESGATE TRASEIRA. REGULAGEM DA ALTURA E CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL. MODELO DE REFERÊNCIA: FOR HONOR, INVICTUS OU SUPERIOR. TAMANHOS P, M, G CONFORME DEMANDA. UNIDADE.	R\$ 665,06	R\$ 159.614,40
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA		



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28, ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC2023/4407

SIGA



Govorno do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

					
01/02	1110477 / 00054864	120	<p>PORTA HT MODULAR, COR PRETA, FABRICADO EM CORDURA 1000D, COM REGULAGEM DE ALTURA E CIRCUNFERÊNCIA EM VELCRO, COM REGULADOR DE TENSÃO EM ELÁSTICO PARA RETENÇÃO DO RÁDIO, ENGATE DE FECHAMENTO EM POLÍMERO, COM SISTEMA SLIDE AND LOCK (DESLIZAMENTO E TRAVAMENTO DO SISTEMA MODULAR SEM USO DE BOTÕES). TAMANHO APROXIMADO 17X06X04CM MODELO DE REFERÊNCIA: FOR HONOR, OU SUPERIOR.</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 	R\$ 74,85	R\$ 8.982,00
01/03	1094428 / 00054774	120	<p>BOLSO MODULAR MULTIUSO - CONFECCIONADO EM CORDURA® 1000 DENIER, TEXTURIZADO DE POLIÉSTER COM DENTES E TERMINAIS DE POLIACETAL INJETADO, 2(DOIS) CURSORES (AMBIDESTRO) E PUXADORES INJETADOS ZAMAC COM 2 CORDÕES AMARRADO A PONTA. PARTE FRONTAL COM 2(DUAS) FITAS HORIZONTAIS DE 25 MM DE LARGURA X 14 A 16 CM DE COMPRIMENTO HORIZONTAL E PARTE POSTERIOR (COSTAS) COM DUAS FITAS HORIZONTAIS DE 2,5CM 100% POLIAMIDA E (2) DUAS FITAS VERTICAIS COM 18CM DE COMPRIMENTO, SENDO O FINAL DAS FITAS COM SISTEMA SLIDE AND LOCK (DESLIZAMENTO E TRAVAMENTO DO SISTEMA MODULAR SEM USO DE BOTÕES) ATRAVÉS DE ALMA SEMI-RÍGIDA DE 5CM NO FINAL DAS FITAS MODULARES VERTICAIS. DIMENSÕES: ENTRE 13 A 15 CM DE ALTURA X 14 A 16 CM DE LARGURA X 5 A 7CM ESPESSURA. UNIDADE</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 	R\$ 74,15	R\$ 8.898,00
01/04	1110479 / 00063546	120	<p>PORTA LANTERNA MODULAR, COR PRETA, FABRICADO EM CORDURA 1000D, POSSUI ABA EM FITA DE POLIAMIDA PARA FECHAMENTO E REGULAGEM DE ALTURA SOBRE A LANTERNA COM FECHAMENTO EM VELCRO. COM SISTEMA SLIDE AND LOCK (TRAVAMENTO DO SISTEMA MODULAR SEM USO DE BOTÕES). TAMANHO APROXIMADO 14X5X4CM, MODELO DE REFERÊNCIA: FOR HONOR, OU SUPERIOR.</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 	R\$ 66,65	R\$ 7.998,00



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC202334407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

01/05	1110479 / 00063546	120	PORTA CARREGADOR DE FUZIL MODULAR, COR PRETA, FABRICADO EM CORDURA 1000D, PARA INSERÇÃO E SAQUE RÁPIDO DE 01 (UM) CARREGADOR 5.56 OU 7.62, COM HASTE DE POLÍMERO NAS LATERAIS TENSIONADA POR ELÁSTICOS HORIZONTAIS COM REGULADOR, AJUSTE DE RETENÇÃO SUPERIOR EM ELÁSTICO COM PUXADOR, SISTEMA SLIDE AND LOCK (DESLIZAMENTO E TRAVAMENTO DO SISTEMA MODULAR SEM USO DE BOTÕES). TAMANHO APROXIMADO 15X08X03CM, MODELO DE REFERÊNCIA: FOR HONOR, INVICTUS , OU SUPERIOR. UNIDADE.	R\$ 93,77	R\$ 11.252,40
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
01/06	1110480 /	40	PORTA REFIL DE HIDRATAÇÃO MODULAR, COR PRETA, FABRICADO EM CORDURA 1000D, ZIPER COM PUXADORES DUPLOS COM CORDÕES EM POLIÉSTER AMARRADO A PONTA. PARTE SUPERIOR COM FURO PARA SAÍDA DA MANGUEIRA. PARTE FRONTAL COM VELCRO FÊMEA PARA INSERÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, PARTE FRONTAL COM SISTEMA MOLLE, SISTEMA SLIDE AND LOCK (DESLIZAMENTO E TRAVAMENTO DO SISTEMA MODULAR SEM USO DE BOTÕES). MODELO DE REFERÊNCIA: FOR HONOR OU SUPERIOR. UNIDADE.	R\$ 160,61	R\$ 6.424,40
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
01/07	1110481 /	40	REFIL DE HIDRATAÇÃO, FABRICADO EM MATERIAL ATÓXICO COM TAMPA ROSQUEÁVEL, RESERVATÓRIO PARA 2 LITROS; MANGUEIRA COM CAPA DE PROTEÇÃO TÉRMICA, COM REGISTRO E VÁLVULA DE SUÇÃO EM SILICONE NA COR PRETA. MODELO DE REFERÊNCIA: INVICTUS, OU SUPERIOR. UNIDADE.	R\$ 159,79	R\$ 6.391,60
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
02/01	1110484 / 347064-4	120	CINTO TÁTICO, COR PRETA, FABRICADO EM NYLON, ACABAMENTO EM VIÉS DE NYLON EM TODA EXTENSÃO, COM ALMA EM POLÍMERO FLEXÍVEL, LARGURA DE 50MM, VELCRO NA PARTE INTERNA EM TODA EXTENSÃO, AJUSTE DE TAMANHO 80 A 120CM PELO DOBRAMENTO DO CINTO, FIXADO ATRAVÉS DE VELCRO E 4 PASSADORES EM PEÇA ÚNICA, FIVELA DE FECHAMENTO COM SISTEMA DE TRAVAMENTO EM TRÊS PONTOS. CONTENDO PROTETOR LOMBAR ACOLCHOADO REVESTIDO EM SPACER 3D AIR MESH, FITAS DE ALTA TENACIDADE E VIÉS REFORÇADO, POSSUI 4 PASSADORES PARA FIXAR NO CINTO, TAMANHO APROXIMADO 8,5X57CM.	R\$ 70,39	R\$ 8.446,80



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC/2023/4407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

			MODELO DE REFERÊNCIA: MAYNARD'S, OU SUPERIOR. UNIDADE.		
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
02/02	1085294 / 00027382	120	PORTA ALGEMA FABRICADO EM POLÍMERO POLIAMIDA (LAUDO DO FABRICANTE DA MATÉRIA PRIMA) VIRGEM INJETADO PIGMENTADO DE PRETO, SEM MANCHAS COM PROTEÇÃO TOTAL UVA E UVB E NA COR PRETA, RESISTENTES A RUPTURAS E RACHADURAS. DEVERÁ POSSUIR UMA TAMPA EM POLÍMERO ELASTÔMERO FLEXÍVEL E RESISTENTE, NA COR PRETA FIXADA NA BASE POSTERIOR, COM BOTÃO DE PRESSÃO PRETO. SEU PASSADOR DE CINTO DEVERÁ SER CURVA E ANATÔMICA, PARA MELHOR ACOMODAR NO CORPO DO USUÁRIO. UNIDADE	R\$ 58,92	R\$ 7.070,40
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
02/03	1110706 / 361002-0	120	COLDRE TÁTICO, COR PRETA, FABRICADO EM POLÍMERO, DUPLO MECANISMO DE RETENÇÃO, SISTEMA DE RETENÇÃO ADEQUADO AOS MODELOS DE ARMAMENTO DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DE ADAPTADOR REMOVÍVEL DE RETENÇÃO (ANTI-QUEDA), ALÇA DE RETENÇÃO MANUAL PIVOTANTE EM ELASTÔMERO COM REGULAGEM DE ALTURA EM QUATRO NÍVEIS MOLDADA A PEÇA EM AÇO RESISTENTE À CORROSÃO, SAQUE COM DESTRAVAMENTO EXCLUSIVAMENTE POR POLEGAR ATRAVÉS DO PRESSIONAMENTO DE TECLA PARA BAIXO E BASCULAMENTO DA ALÇA PARA FRENTE EM ATO CONTÍNUO E INTUITIVO. PLATAFORMA DE CINTURA FABRICADA EM POLÍMERO PARA PASSAGEM DE CINTO TÁTICO, FITA DE ANCORAGEM COM FECHO DE DESCONEXÃO RÁPIDO PARA FIXAÇÃO NA PERNA, FORRO INTERNO EM TECIDO SINTÉTICO. MODELO DE REFERÊNCIA: MAYNARD'S OU SUPERIOR. UNIDADE.	R\$ 198,69	R\$ 23.842,80
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		
02/04	1081994 / 00073872	120	PORTA CARREGADOR MODELO: MPC02 COM PASSAGEM PARA CINTO TÁTICO PRODUZIDO EM POLÍMERO NOBRE INJETADO COMPATÍVEL COM TODOS CARREGADORES DE PISTOLAS	R\$ 65,80	R\$ 7.896,00
			IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA 		





Govorno do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

02/05	1064030 / 00033847	120	<p>FIEL RESTRÁTIL PARA PISTOLA, COM CORPO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA DE COR PRETA, TAMANHO MÁXIMO DE 50MMX50MMX20MM, DOBRADIÇA PARA FIXAÇÃO NO CINTO COM VÃO MÍNIMO DE 53MMX6MM E ENGATE POR PRESSÃO, CORDELETE DE 1MM EXTENSÍVEL NO MÍNIMO 1000MM E NO MÁXIMO DE 1200MM COM ENGATE RÁPIDO TIPO ALÇA NA EXTREMIDADE, SISTEMA DE LIBERAÇÃO PARA SAQUE E TRAVAMENTO PARA QUEDA POR MEIO DE INTERRUPTÃO DE SOLTURA. MOLA INTERNA E TRAVAMENTO DO CORPO POR QUATRO PARAFUSO NA PARTE TRASEIRA POSICIONADO NAS EXTREMIDADES. POSSIBILIDADE DE USO PARA DESTRO E CANTOTO. COMPATÍVEL COM MODELOS DE ARMAS CURTAS QUE POSSUAM ZARELHO OU ORIFÍCIO DE ENGATE NA EMPUNHADURA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. UNIDADE.</p>	R\$ 47,40	R\$ 5.688,00
			<p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 		
03/01	1110486 / 288118-7	40	<p>COTOVELEIRA, FABRICADA EM MESCLA TPU AO EVA. PU E POLIÉSTER, FECHAMENTO COM 2 CINTAS EM VELCRO, PROTETOR ULTRA LEVE DE ALTA RESISTÊNCIA, FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O MÁXIMO DE CONTROLE, TECIDO E DESIGN MICRO PERFURADO RESPIRÁVEL PARA MAIOR CONFORTO TÉRMICO DURANTE A PILOTAGEM. PESO SECO APROXIMADO 398 GRAMAS. MODELO DE REFERÊNCIA: ALPINESTARS, OU SUPERIOR. PAR.</p>	R\$ 411,39	R\$ 16.455,60
			<p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 		
03/02	1110488 / 182669-7	40	<p>JOELHEIRA, FABRICADA EM MESCLA TPU AO EVA. PU E POLIÉSTER, FECHAMENTO COM 2 CINTAS EM VELCRO, PROTETOR ULTRA LEVE DE ALTA RESISTÊNCIA, FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O MÁXIMO DE CONTROLE, TECIDO E DESIGN MICRO PERFURADO PARA MAIOR CONFORTO TÉRMICO DURANTE A PILOTAGEM. PESO SECO APROXIMADO 394 GRAMAS. MODELO DE REFERÊNCIA: ALPINESTARS, OU SUPERIOR. PAR.</p>	R\$ 410,73	R\$ 16.429,20
			<p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>		



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN D1C20234407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

					
03/03	1110489 / 182473-2	40	<p>LUVA PARA MOTOCICLISTA MEIO DEDO (ABERTA), COR PRETA, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, COR PRETA, PROTEÇÃO RÍGIDA NO DORSO EM POLIPROPILENO, REFORÇO EM BORRACHA NA PALMA, DORSO E DEDOS. MODELO DE REFERÊNCIA: X11, OU SUPERIOR. TAMANHOS P, M, G CONFORME DEMANDA. PAR.</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 	R\$ 93,75	R\$ 3.750,00
04/01	1110492 / 390519-5	120	<p>BOTA MOTOCICLISTA, COR PRETA, CONFECCIONADA EM COURO COM TRATAMENTO PARA ALTAS TEMPERATURAS E HIDROFUGADO COM RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO DE ÁGUA, PROTEÇÃO EM PLÁSTICO SOBREPOSTA NAS REGIÕES LATERAIS E FRONTAL, REFORÇO NO BICO E TRASEIRA EM MATERIAL TPU PARA EVITAR O DESGASTE E IMPACTOS, FORRADA INTERNAMENTE EM TECIDO DE MICROFIBRA ESPUMADO PARA MAIOR ESTABILIDADE E SUPORTE, REFLETIVOS COM ALTO PODER DE REFLETIVIDADE, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE COLADA E COSTURADA, FECHAMENTO LATERAL COMBINADO COM ZÍPER E VELCRO, PALMILHA INTERNA CONFECCIONADA EM POLIURETANO (GEL) COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO DE IMPACTOS E RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO (MEMÓRIA). MODELO DE REFERÊNCIA: ACERO, OU SUPERIOR. NUMERAÇÃO 36 A 46 CONFORME DEMANDA. PAR.</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p> 	R\$ 365,85	R\$ 43.902,00
05/01	XXXXXX/XXXXX	120	<p>CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ E MANGA LONGA COM REGULAGEM NO PUNHO, COR CINZA, CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO, COM UMA FACE EM POLIAMIDA E OUTRA EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE E SEM COSTURAS, FECHAMENTO COM ZÍPER E VELCRO, À PROVA D'ÁGUA. COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS HORIZONTAIS. MARCA: VÉRTICE OU SUPERIOR. TAMANHOS P, M, G CONFORME DEMANDA.</p> <p>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</p>	R\$ 163,79	R\$ 19.654,80



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC/2023/4407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



- 9.2. Os valores estimados foram obtidos através de pesquisa de preços nos moldes do Decreto Estadual 1.525/2022, CAPÍTULO V, DA PESQUISA DE PREÇOS;
- 9.3. Utilizou-se os parâmetros, de forma combinada de preços, em conformidade ao art. 46, utilizando-se as regras prescritas nos incisos I a V;
- 9.4. Utilizou-se após a coleta de preços o critério de média simples de preço, após aplicado a análise de inexecuibilidade e sobrepreços estabelecida no artigo 47º, § 3º do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 9.5. O Mapa Comparativo de preços e a cópia dos documentos comprobatórios da pesquisa de preços podem ser acessados nos autos deste processo de contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 42, X, D1525/22)

10.1. Dotação orçamentária abaixo destacada:

Programa:	506	Projeto/Atividade (Ação):	2392
Subação:	01	Etapa:	01
Natureza da Despesa:	3390.3000	Fonte:	17520000

11. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (Art. 42, XI, D1525/22)

- 11.1. O objeto deverá ser entregue, mediante agendamento de data e hora, nos dias e horários de expediente desta Autarquia (segunda à sexta-feira das 08h00min às 16h00min), com comunicação antecipada de 24 (vinte e quatro) horas, na Gerência de Material e Mobiliário do Detran/MT, situado na Av. Dr. Hélio Ribeiro Torquato da Silva, nº 1000 - Centro Político Administrativo - CEP 78.048-910 - Cuiabá/MT;
- 11.2. Salvo quando houver disposição diversa em contrato, o recebimento se dará:

- 11.2.1. Em se tratando de compras ou locação de equipamentos, pelo fiscal do contrato;
- 11.2.2. Provisoriamente, no ato da entrega, após a conferência do bem e quantidade, mediante Relatório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contratual;
- 11.2.3. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação;

- 11.3. O recebimento definitivo não deverá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório;
- 11.4. Satisfeitas as exigências e condições previstas, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado;

DA ACEITAÇÃO/RECUSA

- 11.5. Critérios de aceitação ou recusa:



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC/2023/4407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11.5.1. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal da contratação solicitando a dilação de prazo, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

11.5.2. Sendo consideradas insatisfatórias a prestação dos objetos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo a CONTRATADA sanar as situações verificadas;

11.5.3. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então, para recebimento definitivo, será desconsiderado, iniciando-se nova contagem assim que sanadas as inconsistências;

11.5.4. Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal responsável reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Autoridade Competente, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades;

11.6. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser entregue(s) ao fiscal do contrato;

12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (Art. 42, XII, D1525/22)

12.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução da contratação, conforme faculta o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO, BEM COMO O CRITÉRIO DE REAJUSTE (Art. 42, XIII, D1525/22)

13.1. O pagamento dos valores pactuados será realizado pela Diretoria de Administração Sistêmica do CONTRATANTE, a partir do atesto, pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, obedecendo aos critérios da legislação vigente ou instrução normativa/portaria;

13.1.1. Estando com a documentação correta, o atesto do fiscal ou gestor deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos;

13.1.2. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 2 (dois) meses, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

13.1.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.1.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.1.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

13.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;

13.2.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

13.3. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da despesa;





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

13.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificação do local em que foi executado o objeto;

13.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor da CONTRATADA, enquanto existirem obrigações não cumpridas;

13.5.1. É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.6. O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o objeto foi executado em conformidade;

13.7. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

13.8. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

13.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

13.10. Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do CONTRATADO, para pagamento, apenas a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;

13.10.1. A simplificação do procedimento de pagamento não exonera a Administração do dever de fiscalização contratual, inclusive quanto à manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA;

13.10.2. O documento exigido neste item poderá ser substituído pelo Certificado de Regularidade perante o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, desde que em plena validade;

13.10.3. Para pagamento dos contratos de prestação de serviços em geral deverá ser exigida ainda prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do CONTRATADO;

13.11. Os documentos constantes acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e, ainda, poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário à complementação do processo;

13.12. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

13.13. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos;

13.14. A não manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido ao CONTRATADO por serviços já prestados ou produtos já entregues e recebidos sem ressalvas pelo órgão ou entidade CONTRATANTE, com exceção dos contratos de terceirização de serviços, nos quais será admitida a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço;

13.14.1. Cabe ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual;

13.15. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

13.16. Caso seja pertinente ao objeto da contratação **poderá** ser submetida ao reajustamento de seus preços, tendo como data-base vinculada à data do orçamento estimado;

DO REAJUSTE

13.17. **Poderá** ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do CONTRATADO e depois de transcorrido um ano da data do orçamento base no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial contratualmente definido, neste caso o IPCA-IBGE, restando sua análise de competência do CONTRATANTE;

13.17.1. Reajuste é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação ordinária de preços através da aplicação de índice inflacionário geral ou setorial previamente definido em contrato, que ocorrerá nos contratos em que não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

13.17.2. Excepcionalmente, na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no subitem anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda;

13.18. O deferimento do reajuste acima descrito somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste;

13.19. O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato;

13.20. Nos reajustes subsequentes o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste será a data a que o reajuste anterior tiver se referido;

13.21. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual;

13.22. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados;

13.23. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

DA REVISÃO/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.24. Também durante a vigência da contratação, a CONTRATADA **poderá** solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira do contrato, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

13.24.1. Revisão é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação extraordinária de preços;





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 13.25. Cabe ao CONTRATADO fazer requerimento fundamentado que indique o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços;
- 13.26. Protocolado o pedido, caberá ao CONTRATANTE confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada;
- 13.27. Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo CONTRATANTE, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta;
- 13.28. Constatado pelo CONTRATANTE que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada, solicitará formalmente ao CONTRATADO a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

DA ANÁLISE CONTÁBIL E JURÍDICA DOS REAJUSTES/REVISÃO

13.29. Os pedidos de revisão ou reajuste dos preços contratados passarão por análise contábil e jurídica do CONTRATANTE, cabendo ao representante do órgão ou entidade CONTRATANTE a decisão sobre o pedido;

13.29.1. Após o pedido, o CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para resposta/conclusão do procedimento;

13.30. Deferido o pedido pela autoridade competente, a revisão será registrada por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento;

13.30.1. Poderá ser substituído a marca/modelo do produto objeto do contrato, a requerimento do CONTRATADO, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do CONTRATADO;

13.30.2. Caberá ao CONTRATADO demonstrar a equivalência entre os produtos, e ao CONTRATANTE a aceitação de maneira formal, após a manifestação do fiscal;

13.30.3. A substituição da marca/modelo, ainda que temporária, não constitui alteração do objeto contratual, mas deverá ser formalizada através de aditivo;

14. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE, INCLUSIVE COM A EVENTUAL PREVISÃO DA EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA PELO CONTRATADO, SE FOR O CASO (Art. 42, XIV, D1525/22)

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 14.2. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos objetos contratados, com ônus da substituição para a CONTRATADA;
- 14.3. Atestar a execução dos objetos e receber as faturas/notas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecidas;
- 14.4. Permitir, quando necessário, o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução do objeto;
- 14.5. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos objetos e o atendimento das exigências requeridas;



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28, ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC/2023/4407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 14.6. Exercer a Fiscalização e Gestão dos objetos prestados, por servidores previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer item que não esteja de acordo com as condições e exigências requeridas;
- 14.7. Efetuar o pagamento devido pela execução dos objetos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências;
- 14.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução dos objetos;
- 14.9. Observar, conforme o caso, o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.10. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao CONTRATANTE toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatado defeito e/ou divergências nas especificações contratadas;
- 14.11. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN/MT, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado;
- 14.12. Informar ao fiscal/gestor responsável os telefones de contatos, endereço do estabelecimento e endereço de e-mail;
- 14.13. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
- 14.14. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 14.15. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;
- 14.16. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 14.17. Nas alterações unilaterais com base no inciso I do caput do art. 124 da Lei Geral de Licitações:
- 14.17.1. O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, excluída sempre desse cálculo a parcela de eventual reajustamento;
- 14.17.2. Não poderá resultar na transfiguração do objeto da contratação;
- 14.17.3. Deverá ser apresentado pela área solicitante fato ou motivo superveniente que justifique a necessidade de ampliação do objeto;
- 14.18. Se for o caso, instituir Programa de Integridade em conformidade a Lei Estadual nº 11.123/2020;
- 14.19. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, e quando for o caso, a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
- 14.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);
- 14.21. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA não poderá subcontratar quaisquer partes desta contratação;
- 14.22. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos a contratação:
- 14.22.1. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais;
- 14.22.2. Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.22.3. Fiscalizar sua execução;





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

- 14.22.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação;
- 14.23. É dever do CONTRATADO cumprir todas os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:
- 14.23.1. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
 - 14.23.2. Substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;
 - 14.23.3. Manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações;
 - 14.23.4. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução;
 - 14.23.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

15. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 42, XV, D1525/22)

15.1. O LICITANTE ou a CONTRATADA que incorra nas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- 15.1.1. Advertência;
- 15.1.2. Multa;
- 15.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.2. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da Autoridade Máxima desta Autarquia;

15.3.1. É admitida a delegação da competência, ressalvados os casos de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.4. A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

15.4.1. Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de simples advertência;

15.5. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração;

15.6. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na tabela abaixo:

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	1%
2	2	2%





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

3	3	3%
4	4	4%
5	5	5%
6	6	6%

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fraudar qualquer documentação que deverá ser entregue à CONTRATADA para posterior pagamento da nota fiscal.	6	Por ocorrência
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
3	Recusar-se a executar determinações da FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
4	Informar alterações de telefone, endereço, conta bancária e e-mail.	2	Por ocorrência
5	Responder tempestivamente às indagações formuladas pela CONTRATADA.	3	Por ocorrência e por dia.
6	Apresentar informações atualizadas.	5	Por ocorrência.
7	Cumprir quaisquer itens não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência.
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Prestar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos.	4	Por ocorrência
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato.	1	Por item e por ocorrência
12	Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na <u>Lei Federal nº 14.133/2021</u> e <u>Decreto Estadual nº 1.525/2022</u> .	3	Por item e por ocorrência

15.7. Quando a CONTRATADA alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente, em infrações previstas, restará configurado também a inexecução total do objeto;

15.8. A multa poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATADA decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual;

15.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.10. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

15.11. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4;

15.11.1. Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer





Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência;

15.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

15.12.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.12.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.12.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.12.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.12.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.13. As sanções previstas nos subitens anteriores impedirão o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

15.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

15.14.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.14.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.14.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.14.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.14.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

15.15. As sanções previstas nos subitens anteriores também se aplicam às hipóteses do item **15.12**, quando o caso concreto justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.16. As sanções estabelecidas no item **15.14** será precedida de análise jurídica e será aplicada, exclusivamente, pela Autoridade Máxima da Autarquia;

15.16.1. A sanção prevista no item **15.14**, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

15.17. Demais considerações e ritos concernentes à aplicação de sanções vide Decreto Estadual nº 1.525/2022;

16. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

16.1. Para a execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores, conforme disposto no Decreto Estadual nº 572/2016;

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. Na contratação, caso ocorra qualquer omissão nas cláusulas pactuadas neste ajuste, os impasses deverão ser dirimidos conforme o caso e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº, Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações, Decreto Estadual nº 522/2016 e do Decreto Estadual nº



DETRAN/IC202334407



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1.525/2022 e suas alterações, e demais normas aplicáveis e subsidiariamente as normas e Princípios Gerais dos Contratos;

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas;

18.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular;

18.4. Ficam as partes autorizadas, desde que consensual, a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias, com a possibilidade de prévia submissão do conflito à Câmara de Resolução de Conflitos Contratuais da Procuradoria do Estado;

18.5. As partes CONTRATANTES elegem o foro de Cuiabá/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

19. DA LEGISLAÇÃO

19.1. Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

19.2. Decreto Federal nº 11.317/2022 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

19.3. Decreto Estadual nº 1.525/2022 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso;

19.4. Lei Complementar Federal nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999;

19.5. Lei Estadual nº 10.442/2016 - Dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas destinadas às aquisições de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Estadual;

19.6. Lei Complementar Estadual nº 605/2018 - Institui no âmbito do Estado de Mato Grosso o Estatuto da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual e dá outras providências;

19.7. Decreto Estadual nº 522/2016 - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal nº 12.846/2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências;

19.8. Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual;

19.9. Demais normas aplicadas ao caso;

20. DOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Nome Fiscal Titular: GIORGIO PINHEIRO DA SILVA Matrícula: 290727	Nome Fiscal Substituto: SELMA DE ALMEIDA DUARTE Matrícula: 290702
---	--



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28, ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC2023/4407

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Nome Gestor Titular: Jaime Penariol de Rosato Matrícula: 290693	Nome Gestor Substituto: IZABEL KAROLINE SILVA BELIZÁRIO Matrícula: 290724
--	---

21. DATA DE FINALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Cuiabá/MT, 31 de julho de 2023.

22. DO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA E PELO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente às despesas.

Responsável pela demanda e TR: KELLI LOPES FELIX
Matrícula: 290616

23. DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

23.1. Atesto para os devidos fins que dispomos de capacidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas desta contratação.

Diretor de Administração Sistêmica: CORACY ALICE FERNANDE MENDONÇA
Matrícula: 126755

24. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO

- 24.1. Estudo Técnico Preliminar e Gestão de Risco;
- 24.2. Material Probatório da Pesquisa de Preços;
- 24.3. Mapa Comparativo;
- 24.4. Análise Crítica;

25. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

25.1. Finalizado a presente peça técnica, em disposições com as normas vigentes, submete-se à apreciação da Autoridade Competente para sua deliberação.



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 02/08/2023 às 17:27:28,
ADRIANA TERESA NUNES DA CUNHA CARNEVALE - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA O TRÂNSITO. / DFET - 02/08/2023 às 17:40:01 e CORACY ALICE FERNANDES MENDONÇA -
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA / DAS - 03/08/2023 às 08:16:42.
Documento Nº: 10678087-5874 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10678087-5874>



DETRAN/DIC/2023/4407



Governo de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO Nº01 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 073/2023						
<input checked="" type="checkbox"/> AQUISIÇÃO / CONTRATAÇÃO <input type="checkbox"/> ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS <input type="checkbox"/> ADITIVO DE CONTRATO <input type="checkbox"/> LOCAÇÃO DE IMÓVEL						
I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA						
1 – ÓRGÃO: DETRAN/MT			2 – NÚMERO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19301			
3 – DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO:						
Investimento:						
<input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia <input type="checkbox"/> Material Permanente						
Custeio:						
<input checked="" type="checkbox"/> Material de Consumo <input type="checkbox"/> Capacitação <input type="checkbox"/> Consultoria/Auditoria/Assessoria <input type="checkbox"/> Outros Serviços <input type="checkbox"/> Outras Despesas Correntes						
4 – UNIDADE ADMINISTRATIVA DEMANDANTE: COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - CFT						
5 – UNIDADE ADMINISTRATIVA FISCALIZADORA: COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - CFT						
II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA A CONTRATAÇÃO						
1. DO OBJETO SINTÉTICO						
1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual - EPI e acessórios, cujos objetos atendam as especificações dos modelos e características técnicas da marca de referência, garantindo o uso seguro e adequado do material, face a versatilidade e modalidades do serviço policial militar e de fiscalização de trânsito, proporcionando assim, a preservação da integridade física dos agentes de segurança pública e acesso facilitado aos itens de apoio operacional..						
2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
2.1. As despesas decorrentes do objeto a ser contratado correrão às expensas dos recursos específicos consignados no orçamento da Coordenadoria de Fiscalização de Trânsito - CFT – DETRAN/MT, conforme dotação orçamentária abaixo relacionada:						
Programa:		506		Projeto/Atividade (Ação):		2392
Subação:		01		Etapa:		01
Natureza da Despesa:		3390.3000		Fonte:		17520000
3. DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS E ESTIMATIVA DO VALOR						
ITEM/LOTE	CÓDIGO SIAG/TCE	UN.	QTD	DESCRIÇÃO	V. MÉDIO UNITÁRIO	V. TOTAL
01/01	1110492	PR	120	BOTA MOTOCICLISTA, COR PRETA, CONFECCIONADA EM COURO COM TRATAMENTO PARA ALTAS TEMPERATURAS E HIDROFUGADO COM RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO DE ÁGUA, PROTEÇÃO EM PLÁSTICO SOBREPOSTA NAS REGIÕES LATERAIS E FRONTAL, REFORÇO NO BICO E TRASEIRA EM MATERIAL TPU PARA EVITAR O DESGASTE E IMPACTOS, FORRADA INTERNAMENTE EM TECIDO DE MICROFIBRA ESPUMADO PARA MAIOR ESTABILIDADE E SUPORTE, REFLETIVOS COM ALTO PODER DE REFLETIVIDADE, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE COLADA E COSTURADA, FECHAMENTO LATERAL COMBINADO COM ZÍPER E VELCRO, PALMILHA INTERNA CONFECCIONADA EM POLIURETANO (GEL) COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO DE IMPACTOS E RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO (MEMÓRIA). MODELO DE REFERÊNCIA: ACERO, OU SUPERIOR. NUMERAÇÃO 36 A 46 CONFORME DEMANDA. PAR.	R\$ 459,74	R\$ 55.168,80

Av. Dr. Hélio Ribeiro Torquato da Silva, nº 1000 - CEP 78.048-910 - Cuiabá/MT



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 01/12/2023 às 11:47:35 e PAULO HENRIQUE LIMA MARQUES - DIR ADM SISTEMICA / DAS - 01/12/2023 às 14:51:54.
Documento Nº: 13467238-7261 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=13467238-7261>



DETRANDIC202354229

SIGA



Governo de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

						
02/01	1110493	UN	120	<p>CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ E MANGA LONGA COM REGULAGEM NO PUNHO, COR CINZA, CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO, COM UMA FACE EM POLIAMIDA E OUTRA EM PVC, SOLDADO ELETRONICAMENTE E SEM COSTURAS, FECHAMENTO COM ZÍPER E VELCRO, À PROVA D'ÁGUA. COM DUAS FAIXAS REFLETIVAS HORIZONTAIS. MARCA: VÉRTICE OU SUPERIOR. TAMANHOS P, M, G CONFORME DEMANDA</p> 	R\$ 231,09	R\$ 27.730,80
<p>TOTAL ESTIMADO CONTRATAÇÃO: R\$ 82.899,60 (Oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)</p>						

<p>26. DO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA E PELO TERMO DE REFERÊNCIA</p> <p>Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, com orientações fornecidas pela equipe técnica da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente as despesas, constando também no Plano Anual de Aquisições. Responsável pela demanda: Kelli Lopes Felix Matrícula: 290616</p>
<p>27. DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA</p> <p>Atesto para os devidos fins que dispomos de capacidade orçamentária e financeira para fazer frente as despesas desta Contratação. Diretor de Administração Sistêmica: Paulo Henrique Lima Marques Matrícula: 127001</p>
<p>28. DATA DE FINALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA</p> <p style="text-align: right;">Cuiabá, 01 de dezembro de 2023.</p>
<p>29. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE</p> <p>Finalizado a presente peça técnica, em disposições com as normas vigentes, submete-se à apreciação da Autoridade Competente para sua deliberação.</p>

Av. Dr. Hélio Ribeiro Torquato da Silva, nº 1000 - CEP 78.048-910 - Cuiabá/MT



Assinado com senha por KELLI LOPES FELIX - COORDENADOR / CFT - 01/12/2023 às 11:47:35 e PAULO HENRIQUE LIMA MARQUES - DIR ADM SISTEMICA / DAS - 01/12/2023 às 14:51:54.
Documento Nº: 13467238-7261 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=13467238-7261>



DETRANDIC202354229

